

ONU cria corte penal permanente

Delegações de 160 países aprovam estatuto do tribunal, apesar das objeções americanas

ROMA – O Comitê de Trabalho da Conferência Internacional das Nações Unidas, em Roma, aprovou ontem, por aclamação, o projeto do estatuto para a criação do Tribunal Penal Internacional (TPI), apesar das objeções apresentadas no último minuto pelos Estados Unidos. Após a aprovação, o projeto passou imediatamente para a avaliação da assembléia plenária da conferência, o que consiste, na verdade, uma mera formalidade.

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, suspendeu sua visita à Argentina e viajou para Roma para participar da cerimônia de assinatura do acordo, possivelmente hoje.

Apenas EUA, China, Israel, Filipinas, Índia, Sri Lanka e Turquia votaram contra o estatuto do futuro tribunal e 21 não votaram. Os demais países, incluindo a França, que no início dos trabalhos estava

do lado dos EUA, aprovaram o documento que prevê a autonomia do tribunal, um dos elementos-chave das negociações. O tribunal terá competência sobre crimes de genocídio, de guerra, contra a humanidade e de agressão. O TPI poderá intervir para perseguir autores de delitos cometidos nos países que assinaram o estatuto ou no país de nacionalidade do autor do crime. Mas ainda que tenha assinado o documento, os países interessados podem recorrer à cláusula "option out" para os crimes de guerra, que lhes permite

não aceitar a jurisdição do TPI sobre esses crimes durante sete anos.

As discussões em torno da abrangência do tribunal criaram estranhas alianças. Junto aos EUA, nações como a Líbia, Argélia, China, Catar e Iêmen também apresentaram objeções ao documento. Já aliados tradicionais dos americanos saíram em defesa plena do acordo.

Com sede em Haia, na Holanda, o TPI fez renascer um sonho de mais de 50 anos, quando criminosos de guerra nazistas foram julgados no Tribunal de Nuremberg. "Penso que este é um grande acontecimento histórico", disse Benjamin Ferencz, que foi promotor em Nuremberg e tem trabalhado desde

então para a criação de um tribunal permanente.

O projeto foi elaborado cuidadosamente depois de semanas de duras negociações e objeções americanas. Os EUA temem que, pelas cláusulas do acordo, suas

tropas, espalhadas pelas regiões mundiais mais conflituosas, possam tornar-se alvos de acusações politicamente motivadas.

Também foi recusada a emenda proposta pela Índia para que o uso de armas nucleares, biológicas e químicas fosse considerado crime de guerra. (Reuters, Associated Press e Ansa)

DISSCUSSÕES
FORMARAM
ESTRANHAS
ALIANÇAS